

## De Geografia e de Diversidade: contribuição para um diálogo de saberes

## From Geography to Diversity: contribution to a dialogue of knowledges

Carlos Walter Porto-Gonçalves<sup>1</sup>

### Resumo:

Um breve ensaio sobre a constituição do sistema mundo moderno colonial em que se destaca a colonialidade do saber e do poder. Com isso queremos destacar a grande perda de experiência humana (epistemicídio) que advém do eurocentrismo. No atual período histórico estaria ensaiando uma re-orientação do sistema mundo com a ascensão da China e, ao mesmo tempo, outras vozes estariam emergindo depois de 5 séculos de dominação epistêmica e política, como os povos indígenas da América.

**Palavras-chaves:** SULEar, eurocentrismo, sistema mundo

### Abstract:

A brief essay on the constitution of the modern colonial world system which highlights the coloniality of knowledge and power. By this we want to highlight the great loss of human experience (epistemicide) that comes from Eurocentrism. In the present historical period there would be rehearsing a reorientation of the world system with the rise of China, and at the same time other voices would be emerging after 5 centuries of epistemic and political domination, like the indigenous peoples of America.

**Keywords:** SOUTHing, eurocentrism, world system

Ali pelos anos 1970, quando o discurso da globalização começou a se impor através daqueles grupos/classes sociais que se afirmam nessa escala (global), muitos começaram a falar de uma homogeneização da cultura pela imposição de uma civilização, a Ocidental eeuurocêntrica. No entanto, desde então, por todo lado, emergiram grupos sociais os mais diversos que politizaram a cultura e, até mesmo, fizeram ver que a cultura implica cultivar, implica cultos, a dimensão simbólica, mas também cultivar, ou seja, que a cultura implica as condições metabólicas para reprodução da vida<sup>2</sup>. Desde então, a diferença/a diversidade é

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pela UFRJ e Professor do PPG em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Ganhador do Prêmio Chico Mendes pelo MMA em 2004 e do Prêmio Casas de las Américas em Literatura Brasileira (2008, Havana, Cuba) por seu livro 'A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização'. Com ênfase em Geografia Social, tem atuando principalmente nos seguintes temas: conflito social, colonialidade do saber, ecologia política, território-territorialidade e justiça ambiental, Amazônia e América Latina.

<sup>2</sup> Afinal, a palavra água enquanto signo, não mata a sede de ninguém, assim como nenhuma sociedade produz ferro, cobre, petróleo e outros bens que são produtos do trabalho da natureza. Na verdade, somos extratores e

disputada seja pelo capital que a folcloriza e a vende, seja como afirmação de grupos/classes sociais que se veem obrigados a lutar para manter seu controle sobre seus territórios de vida e reprodução.

Sendo assim, falar em diversidade e de diálogo de saberes implica reconhecer que há múltiplas versões, múltiplos lugares, múltiplas culturas, múltiplos povos, múltiplos grupos/classes sociais. Implica se perguntar porque tantos foram negados, olvidados e, assim, que não basta reconhecer que são múltiplos. Sabemos como os negócios e os negociantes contribuíram para isso quando começaram a impor a ideia de ganhar dinheiro como *leitmotiv* do sistema mundo que, surgido em 1492, nos governaria até hoje. E falar de negócio é falar de negar o ócio – *negotium* – e, assim, negar outras relações com a vida, outros modos de estar no mundo, de outros tempos culturalmente concebidos, enfim, outras versões, outros lugares, outras culturas, outros povos, outros grupos/classes sociais. Enfim, junto com a expansão dos negócios e dos negociantes, a colonização.

Assim, em 1492, o mundo começa a se *desorientar*. Isso mesmo, a *desorientar-se*. Afinal, até ali todos os caminhos se dirigiam ao Oriente até que os turcos, em 1453, tomaram Istambul, ou melhor, Constantinopla. E essa desorientação leva às Índias Ocidentais (ou Acidentais?) e ao encobrimento de seus habitantes originários, com a falácia do “descobrimento da América”, quando o continente passará a ser denominado com múltiplos nomes (Nova Granada, Nova Inglaterra, Nova-Algum-Lugar-Europeu) até que o nome América se consagre, sobretudo com as independências em finais do século XVIII e inícios do XIX, quando os filhos dos colonos brancos nascidos nesse outro continente vão afirmar, aí sim, serem daqui, da América. A afirmação dessa geografia é uma afirmação política e ela se afirmou contra outras geo-grafias.

Sim, até 1776, com o primeiro grande abalo na geopolítica colonial com a independência dos Estados Unidos, o nome América não circulava em uso público. Isso que poderia ser reivindicado pelos EEUU por seu pioneirismo, qual seja, ser o primeiro país no mundo a se libertar do jugo de uma metrópole colonial, não é reivindicado como tal, talvez, quem sabe, porque outros povos possam querer nisso se inspirar e fazer o mesmo diante da nova potência mundial, sobretudo no pós-guerra de 1945, qual seja, o próprio EEUU. A independência estadunidense não foi descolonizadora. Afinal, a vocação imperial norte americana – eeuurocêntrica – já se mostrou logo a seguir à sua independência quando se colocou contra a independência do Haiti e se colocou ao lado da França em agradecimento ao apoio que a França lhes dera quando de sua independência com relação à Inglaterra. Registre-se que a França que dera apoio à independência norte americana era a França do *ancien régime* que, logo a seguir, seria derrubada pela Revolução de 1789. Foi essa França revolucionária, de 1789, que recebera apoio dos revolucionários independentistas dos EEUU na sua luta comum contra a independência do Haiti. Enfim, a “liberdade, igualdade e fraternidade” não ultrapassara o paralelo do Trópico de Câncer não sendo, pois, extensivo aos negros feitos escravos no Caribe e na América. Os livros de história que saúdam a Ilustração e a Revolução Francesa e seus princípios que seriam universais não conseguem explicar a não-extensão dos princípios da Revolução Francesa à primeira revolução verdadeiramente anticolonial e antirracista do mundo, a Revolução Haitiana, de 1804, os jacobinos negros.

A colonialidade sobreviveu ao fim do colonialismo e os não-norteamericanos da América tiveram que se distinguir com outros nomes para manter seus ideais de liberdade, tais como a *Pátria Grande*, Simon Bolívar; a *América Latina*, de Francisco Balboa e José María Caicedo; *Nuestra América*, de José Martí e, mais tarde, já nos anos 1990 e inícios dos 2000, *Abya Yala*, quando os povos indígenas começaram a se afirmar politicamente e a recuperar seu poder de nomear seu próprio território novamente.

---

não produtores, distinção que, levada a sério, muda tudo, na medida em que saber-se extrator implica que se cuide de algo que não se produz e se afirmar produtor implica a crença antropocêntrica do homem-todo-poderoso que desde Francis Bacon e o Renascimento europeu se impôs ao mundo colonialmente.

O *encobrimento* da América a partir de 1492 apagara os nomes próprios de Tawantinsui, Anauc, Pindorama, Wallmapu. Os norte-americanos de origem WASP – *White Anglo Saxon Protestant* - com sua vocação colonial-imperial e seu autoproclamado Destino Manifesto queriam a “América para os Americanos” do Norte, conforme sua Doutrina Monroe, denunciada na primeira hora por Simon Bolívar.

Entendamos a desorientação: até 1453/1492 a Europa estava marginalizada dos principais circuitos comerciais que iam buscar os negócios da China, o Oriente. Até então não havia uma economia mundial propriamente dita, mas sim várias economias mundo (Fernand Braudel) ou, para ser mais preciso, havia um sistema mundo que não incorporava ainda a América e que orbitava em torno da China. Até então, a Europa enquanto tal era uma região<sup>3</sup> marginal diante do grande circuito comercial que se organizava em torno de Constantinopla e tinha o Extremo Oriente como horizonte, no limite, a China como centro dinâmico. Registre-se que até o século XVIII, com a Revolução (nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia) Industrial, a Europa pouco contribuía produtivamente para a economia mundial (Quijano) embora tenha passado a dinamizá-la com a entrada de ouro e prata vindos da exploração das Américas.

Assim, somente a partir de 1492, um sistema mundo começa a se constituir ao incorporar um outro continente, a América/Abya Yala, e só a partir de então a Europa começa a ter alguma centralidade geoeconômica e política e, pouco a pouco, geocultural. Reitere-se, entretanto, que até os inícios do século XIX, a China ainda permanecia como o centro geográfico dinâmico do sistema mundo (Gunder Frank<sup>4</sup>, 2009; Pomeranz<sup>5</sup>, 2013 e Hobson<sup>6</sup>, 2004).

Enrique Dussel vai nos ensinar que a Modernidade, o Capitalismo e a América têm a mesma data de nascimento. Chama-nos a atenção nessa tríade a presença da América como parte constituinte desse sistema mundo, ainda que na condição colonial. Afinal, é somente a partir de 1492, com o encontro desse continente que passaria a ser dominado e denominado pelos estranhos como Índias Ocidentais/América, que um sistema mundo propriamente dito se organiza tendo como *leitmotiv* a ideia e a prática de acumular capital, já ali abençoado pela Igreja<sup>7</sup>.

Não fora a riqueza em ouro e prata do continente produzida sob servidão e escravidão que os europeus chamaram de Índias Ocidentais<sup>8</sup> e a Europa não teria a centralidade que passaria a ter e que só se consolidaria como tal em inícios do século XIX. Em outras palavras, não podemos entender o lugar que a Europa pouco a pouco passaria a ter no sistema mundo sem a exploração da América. Nasce, assim, também o eurocentrismo, pois só se colocando como centro é que a Europa pode falar de Índias Ocidentais.

Assim, nasce um sistema mundo capitalista moderno-colonial cuja estrutura está baseada em relações centro-periféricas tendo como centro dinâmico a China até os inícios do século XIX e, desde então, em torno da Inglaterra e, depois dos EEUU. Saliente-se que desde 1492 a exploração (dos povos) da América e a inundação de ouro e prata dinamizou o comércio

<sup>3</sup> O conceito de região funcional/região polarizada dialoga com o conceito de economia mundo de Braudel, daí manejarmos esses dois conceitos. Ver I. Wallerstein – Impensar as Ciências Sociais. Editora Ideias e Letras, 2006. São Paulo.

<sup>4</sup> Gunder Frank, Andre. 2009. ReOriente: Economía global en la Era Asiática. Conclusiones historiográficas e implicaciones teóricas In Revista *Crítica y Emancipación*, (2): 95-140, primer semestre 2009. Ed. Clacso, Buenos Aires.

<sup>5</sup> Pomeranz, Kenneth. 2013. A Grande Divergência: A China, a Europa e a Construção da Economia Mundial Moderna. Lisboa, Edições 70.

<sup>6</sup> Hobson, John M. 2004. The Eastern Origins of Western Civilisation. Press Syndicate of the University of Cambridge. Cambridge University Press.

<sup>7</sup> Pouco a pouco a ideia de que ganhar dinheiro era uma prática pecaminosa vai perdendo sentido. Essa ideia era tão enraizada que a região de mais intenso comércio em toda a Idade Média europeia, o Mar do Norte nas cercanias da foz do Reno, era conhecida como região de gente baixa, ou seja, de gente que mexia com dinheiro. Trata-se da região dos Países Baixos.

<sup>8</sup> Para os povos que aqui habitavam haviam outros nomes, como Anauac, Tawwantinsuyu, Pindorama, Wallmapu, entre muitos outros.

do sistema mundo que se reproduzirá colocando o Atlântico definitivamente como sua parte integrante. Observe-se que depois da integração do Atlântico ao sistema mundo em 1492 e a centralidade que a Europa Ocidental passará a ter desde inícios do século XIX, o mundo se vê hoje diante de um deslocamento em direção ao Pacífico, com o dinamismo das economias da China, da Índia e demais países da Ásia de Sudeste. Estaria o mundo hoje se reorientando, conforme o sugestivo título do artigo de Andre Gunder Frank, *ReOriente: Economía global en la Era Asiática?*

A Europa ganhará centralidade política e econômica. Como o poder não se sustenta somente na economia, impôs seu sistema de saber como parte do sistema de poder. Epistemicídio. Assim, passaremos a ver o mundo com a ideia eurocêntrica de conhecimento universal. O que se critica aqui não é a ideia de pensamento universal, mas, sim, a ideia de que há *Um* e somente *Um* pensamento universal, aquele produzido *a partir* de uma província específica do mundo, a Europa e, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVIII, aquele conhecimento produzido *a partir* de uma subprovíncia específica da Europa, a Europa de fala inglesa, francesa e alemã, enfim, a Europa da segunda moderno-colonialidade, que teima em olvidar o conhecimento produzido na primeira moderno-colonialidade, aquela de fala espanhola ou portuguesa (Porto-Gonçalves, 2002: 217). O que se visa aqui com essas primeiras palavras é um diálogo de saberes que supere a colonialidade do saber e do poder (Quijano, 2005 [2000]).

Com essa desprovincianização da Europa da ideia de pensamento universal o que visamos é o deslocamento do lugar de enunciação e, assim, proporcionar que outros mundos de vida ganhem o mundo, mundializando o mundo. Insistimos que não se trata de negar o pensamento europeu, o que seria repeti-lo com sinal invertido, mas sim dialogar com ele sabendo que é europeu e, portanto, um lugar de enunciação específico, ainda que sabendo (1) que essa especificidade não é igual a outros lugares de enunciação pelo lugar que ocupa na contraditória estrutura do sistema mundo moderno-colonial, (2) nem tampouco que esse lugar de enunciação europeu seja homogêneo e não abrigue perspectivas contraditórias, seja de afirmação da ordem, seja de perspectivas emancipatórias. Enfim, o lugar de enunciação não é uma metáfora que possa ignorar a materialidade dos lugares, enfim, a geograficidade do social e do político (Porto-Gonçalves, 2003).

Assim, falar de transversalidade é convidar a que se desprovincianize a razão. Com a prática do negócio muitos foram considerados ociosos, preguiçosos e indolentes, movidos por um tempo lento, afinal entrávamos no tempo dos negociantes: *time is Money*. A cartografia passou a medir o espaço pelo tempo em segundo e minutos de latitude e longitude com uma nova projeção, a de Mercator<sup>9</sup>, que viria facilitar em muito a vida dos mercadores. Assim, os povos e regiões não-europeias do mundo passaram a ser alinhados numa linha do tempo que lhes era estranha, imposta, e de modo racializado. Enfim, para promover a necessária desprovincianização e o reconhecimento de outros lugares de enunciação é preciso trazer o espaço para dentro da história e deixá-lo falar. A visão unilinear do tempo silencia outras temporalidades/outras territorialidades que conformam o mundo simultaneamente. Sucessão e simultaneidade, sucessões simultâneas, eis o espaço-tempo. O mundo não tem *um relógio único*. Nesse sentido, é preciso abandonar essa visão linear do tempo e que não é só um tempo abstrato, mas um tempo europeu, branco, burguês e fálico da segunda moderno-colonialidade (Dussel, 2005 [2000]), e se abrir para as múltiplas temporalidades que conformam os lugares, as regiões, os países, enfim, os territórios que as conformam.

Assim, a cartografia da Terra foi grafada pelo Papa, em 1493, com um meridiano, o de Tordesilhas e, desde o século XIX, a Ciência laica se encarregaria de remarcar uma *linha zero* de onde passa a recartografar o mundo, agora a partir do meridiano de um subúrbio de Londres, Greenwich. Marca-se o globo como se marca o gado para lembrar que tem dono!

<sup>9</sup> A projeção de Mercator foi criada em 1569 por Gerhard Kremer (1512-1594), nascido nos Países Baixos.



Embora a segunda moderno-colonialidade, aquela do Iluminismo, procure ignorar a verdadeira revolução no conhecimento da primeira moderno-colonialidade, é preciso assinalar que a missão ibérica, ao mesmo tempo em que estava consagrada pelo Deus cristão, se ancorava na melhor ciência matemática, cartográfica, náutica em suas grandes navegações. “Navegar é preciso, viver não é preciso”<sup>10</sup> (Fernando Pessoa), enfim, navegar é coisa do campo da técnica, da precisão, e os portugueses foram grandes navegadores, sobretudo. Não é incompatível a missão salvacionista e evangelizadora com um saber rigoroso, técnico como, mais tarde, na segunda moderno-colonialidade, se tentará fazer crer. A primeira máquina verdadeiramente moderna, o relógio, surgiu nos mosteiros da Idade Média exatamente para controlar o tempo das orações de modo objetivo (Mumford, 1942 e Porto-Gonçalves, 1989). Na verdade, a ciência da segunda moderno-colonialidade está impregnada de um sentido religioso de emancipação. Não nos cansamos de ouvir, ainda hoje, que a ciência opera ... *milagres*.

A América experimentará essa razão moderno-colonizadora de um modo muito próprio. As primeiras cidades verdadeiramente planejadas racionalmente no mundo moderno-colonial surgiram na América, onde o espaço da *plaza* foi concebido sob o signo do controle, da dominação. Já, ali, haviam *desplazados*. As primeiras manufaturas moderno-colonizadoras se montaram em Cuba, no Haiti e no Brasil haja vista o açúcar não ser exportado para a Europa *in natura*, mas, sim, manufaturado. A própria monocultura, enquanto técnica, inicialmente para o cultivo da cana, era uma imposição, haja vista a impossibilidade material de um povo ou uma comunidade qualquer se reproduzir fazendo monocultura para si próprio. Assim, a monocultura não é só a cultura de um só produto, mas também uma técnica de poder. Por isso a energia da chibata para mover o sistema. Afinal, ninguém faz monocultura espontaneamente até que tenhamos subjetivado as relações sociais e de poder assimétricas e contraditórias: a mão invisível do mercado foi precedida de outra mão, bem visível, que brandia a chibata.

Desde o final da segunda guerra mundial que a centralidade do pensamento europeu vem perdendo terreno junto com a descolonização da África e da Ásia e o surgimento de dezenas de novos estados nacionais num contexto marcado pela guerra fria, mas é a partir dos quarenta anos sessenta que o direito à diferença ganha maior visibilidade. Outras geografias começam a falar.

O questionamento das fronteiras que hoje se vê é, assim, o melhor indício de que as relações sociais e de poder estão sendo desnaturalizadas. Afinal, as fronteiras naturalizam os *fronts* que as conformaram<sup>11</sup>. O questionamento da conformação geográfica de poder do estado territorial vem sendo feito por cima e por baixo no período atual de crise do sistema mundo moderno-colonial. Nesse sentido, múltiplos grupos/classes sociais passam a falar a partir de diferentes lugares/regiões trazendo seus mundos de vida, numa polifonia desnorteadora que indica o caos sistêmico que vivemos. *Desnorteadora* tal como em 1492 foi *desorientadora*?

Sublinhemos o significado do fato de vermos, hoje, outros *protagonistas* emergindo à cena política, como as mulheres, os camponeses, os povos/etnias/nacionalidades indígenas e quilombolas. Não estamos aqui diante de um conceito qualquer: protagonista deriva do grego **protos**, primeiro, principal e **agonistes**, lutador, competidor (Cunha, 1992: 641). Estamos, assim, diante daquele que luta para ser o primeiro, o principal num sentido muito preciso daquele que luta para ser o princípio, que é de onde vem príncipe, isto é, aquele que principia a ação.<sup>12</sup> Numa sociedade democrática o príncipe deixa de ser escrito com letra maiúscula, como o fez Maquiavel, pois é quando a igualdade se inscreve como condição de cada quem poder tomar a iniciativa, o que pressupõe a conversa, isto é, o diálogo, a versão diferente

<sup>10</sup> Viver não tem precisão técnica, continua o poeta Fernando Pessoa: “Navegar é preciso. Viver não é preciso”. Assim, navegar é coisa da técnica, da precisão. Viver, não.

<sup>11</sup> Não olvidemos que a palavra *polis* originalmente remete aos limites, aos muros, que separam a cidade do campo. Limite é a essência da política.

<sup>12</sup> Maquiavel soube vê-lo. Daí O Príncipe.

que, só tem sentido verdadeiro, insisto, na igualdade. Como afirmara Hanna Arendt (Arendt, 1987), a iniciativa da ação é o cerne da política.

A globalização que muitos acreditavam socioculturalmente homogeneizadora se mostrará, ao contrário, que “não só não provoca a uniformidade cultural esperada ou anunciada e, mais ainda, complica o fato cultural e em seu seio se registra um forte renascimento das identidades, acompanhado de lutas reivindicatórias em crescimento” (Díaz-Polanco, 2006: 16). E, mais que multiculturalismo, como certa narrativa pós-moderna quer sugerir, é a interculturalidade que vem sendo sugerida “*desde abajo*” quando os grupos/classes sociais em situação de subalternização reivindicam a ruptura das relações de dominação/exploração que acompanham o sistema mundo capitalista moderno-colonial e que impedem o verdadeiro diálogo entre as culturas/os povos (Walsh, 2002). Até porque a cultura não é algo abstrato, mas implica o comer (agri+cultura), o habitar, respirar, o curar-se (as medicinas), enfim, o espaço concreto (com significado<sup>13</sup>) da vida.

## Bibliografia

DÍAZ-POLANCO, Hector (2004). *El Canon Snorri*. México, D.F, Ed. UACM.

\_\_\_\_\_, (2006). *Elogio de la diversidad: Globalización, multiculturalismo y etnofagia*. Ed. Siglo XXI. México, D.F.

DUSSEL, Enrique (2005 [2000]) Europa, modernidade e eurocentrismo. In Lander, Edgardo *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Clacso.

HAESBAERT, Rogério (2005). *O Mito da des-territorialização*. Bertrand, Rio de Janeiro.

Harvey, David (1989). *A Condição Pós-moderna*, Rio de Janeiro, Loyola.

LANDER, Edgardo (2005 [2000]). *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Ed. Clacso, São Paulo.

MARIÁTEGUI, José Carlos (1975). *As correntes de hoje: o indigenismo - sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa Omega.

MIGNOLO, Walter (2004). *Histórias Locais/Projetos Globais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

MUMFORD, Lewis (1942). *Técnica e Civilização*. Barcelona, Editorial Ayuso.

NIETZSCHE, Friedrich (2000). *Humano, Demasiado Humano*. São Paulo, Companhia das Letras.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (2001). *Geo-grafías: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. Ed. Siglo XXI, México, D.F.

---

<sup>13</sup> Não há apropriação material de algo sem sentido. Toda apropriação material é simbólica. O território é onde a cultura se materializa e, ao mesmo tempo, onde a natureza é significada (territorialidade). Como o signo nunca pode conter seu referente “objetivo” é sempre possível dizer de outro modo o mundo. A palavra pedra nunca será sólida, assim como a palavra água nunca matará a sede de ninguém. Todavia, os homens e as mulheres só vivem através dos símbolos, dos signos, das representações que nunca poderão conter o mundo que representam, simbolizam, significam. Nenhum livro, seja sagrado ou científico terá o contexto no texto, razão de tantos dogmatismos. Como diria Pierre Bourdieu, é da natureza da realidade social a luta permanente para dizer o que é a realidade social.

\_\_\_\_\_, (2002) *Da Geografia às geografias: um mundo em busca de novas territorialidades*. In Ceceña, A.E. e Sader, E. *La Guerra Infinita: hegemonía y terror Mundial*. Buenos Aires. Ed. Claso.

\_\_\_\_\_, (2003) *A Geograficidade do Social*. In Seoane, José (org) *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires, Clacso.

\_\_\_\_\_, (2006) *A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha*. In Ceceña, Ana Esther (Org.) *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires, Ed. CLACSO.

QUIJANO, Anibal (2005) *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: Lander, EDGARDO (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. São Paulo/Buenos Aires. Ed. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

SCOTT, James (2004 [1990]). *Los Dominados e la Arte de la Resistencia*. Ed. Era, México.

SEOANE, José (org) (2003). *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires, Clacso.

SOUSA SANTOS, Boaventura 2006 *A Gramática do Tempo – para uma nova cultura política*. São Paulo, Ed. Cortez.

WALSH, Catherine (2002). *Las geopolíticas de conocimientos y colonialidad del poder. Entrevista a Walter D. Mignolo*. In Walsh, C; Schiwy, F. y Castro-Gómez, S. 2002 *Indisciplinar las ciencias sociales. Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder*. Perspectivas desde lo Andino, Quito; UASB/Abya Yala.

Recebido em 21/07/19

Aceito em 22/09/19